

# SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 2 – Abolicionismo, Direito Penal Mínimo e Movimento de Lei e Ordem .....</b>	<b>5</b>
2.1. O abolicionismo .....	5
2.2. O movimento de lei e ordem .....	12
2.2.1. <i>Fixing broken windows</i> (Consertando as Janelas Quebradas) e <i>Three strikes and you're out</i> .....	18
2.2.2. Direito penal de emergência .....	21
2.2.3. Direito penal do inimigo .....	23
2.3. O Direito Penal Mínimo .....	29
<b>Capítulo 3 – Enfoques Criminológicos .....</b>	<b>37</b>
3.1. Introdução.....	37
3.2. Principais áreas de estudo do criminólogo.....	38
3.3. Teorias criminológicas.....	41
3.3.1. Teoria do delito como eleição.....	41
3.3.2. Teorias das influências .....	43
3.3.3. As predisposições agressivas.....	46
3.3.4. O aprendizado da delinquência .....	48
3.3.5. Teoria do etiquetamento ( <i>labeling approach</i> ).....	48
3.3.6. <i>Bullying</i> .....	50
3.4. Conclusão .....	51
<b>Capítulo 4 – Síndrome da Mulher de Potifar, Síndrome de Estocolmo e Síndrome de Londres .....</b>	<b>53</b>
4.1. Síndrome da Mulher de Potifar.....	53
4.2. Síndrome de Estocolmo.....	56
4.3. Síndrome de Londres .....	58

<b>Capítulo 5 – Conceito de Princípios .....</b>	<b>59</b>
5.1. O caráter normativo dos princípios .....	62
<b>Capítulo 6 – Princípios Fundamentais do Direito Penal do Equilíbrio .....</b>	<b>67</b>
6.1. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	67
6.1.1. A concepção normativa da dignidade da pessoa humana.....	69
6.1.2. O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado .....	72
6.1.3. A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana .....	73
6.2. Princípio da intervenção mínima.....	74
6.2.1. Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima.....	76
6.2.1.1. O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica .....	78
6.2.2. Da natureza subsidiária do Direito Penal.....	85
6.3. Princípio da Lesividade .....	89
6.4. Princípio da Adequação Social .....	95
6.5. Princípio da Insignificância .....	98
6.5.1. Origem e natureza jurídica do princípio da insignificância.....	99
6.5.2. O Princípio da insignificância nos Tribunais Superiores.....	105
6.6. Princípio da Individualização da Pena.....	105
6.7. Princípio da Proporcionalidade.....	111
6.7.1. Proibição de excesso e proibição de proteção deficiente.....	113
6.7.2. A pena necessária .....	115
6.7.3. A pena suficiente.....	119
6.8. Princípio da Responsabilidade Pessoal .....	121
6.9. Princípio da Limitação das Penas .....	124
6.9.1. Da pena de morte.....	127
• 6.9.2. Da pena de caráter perpétuo .....	128
6.9.3. Da pena de trabalhos forçados.....	130
6.9.4. Da pena de banimento.....	132
6.9.5. Das penas cruéis.....	133
6.10. Princípio da Culpabilidade.....	134
6.11. Princípio da Legalidade .....	140
6.11.1. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege praevia</i> .....	143
6.11.2. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege scripta</i> .....	145
6.11.3. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege stricta</i> .....	147
6.11.4. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege certa</i> .....	150

<b>Capítulo 7 - A Seletividade do Direito Penal .....</b>	<b>155</b>
<b>Capítulo 8 - Implementação das Finalidades Sociais do Estado Como Fator Inibidor da Prática de Infrações Penais .....</b>	<b>161</b>
<b>Capítulo 9 - A Ideia da Ressocialização.....</b>	<b>167</b>
9.1. A ressocialização sob o enfoque do Direito Penal do Equilíbrio .....	172
<b>Capítulo 10 - Conclusão.....</b>	<b>177</b>
<b>Referências .....</b>	<b>181</b>
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>187</b>